PF aprova proposta do governo sobre reajuste salarial

A Polícia Federal aprovou a proposta do governo de pagamento da segunda parcela do reajuste salarial em três vezes. A primeira será paga em setembro, a segunda e maior parcela em fevereiro de 2008 e a terceira, em fevereiro de 2009. Dos 27 sindicatos filiados a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), 21 aprovaram o acordo. A novela iniciada em fevereiro parece ter chegado ao fim.

Segundo a Fenapef, as negociações com o governo federal para o pagamento da segunda parcela do reajuste foram árduas. “Depois de reconhecer o acordo firmado com os policiais, os técnicos do Ministério do Planejamento e do Ministério da Justiça partiram para uma rodada de negociação com prazo de 30 dias para ser concluída. Após inúmeras reuniões, o governo retrocedeu de sua disposição de não conceder qualquer índice em 2007, oferecendo uma parcela já em setembro. Os técnicos, no entanto, não abriram mão de fixar o pagamento da última e menor parcela para fevereiro de 2009”, afirmou.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Marcos Vinício Wink, diz que a mobilização dos policiais conseguiu fazer o governo reconhecer o acordo firmado por ele próprio e garantir a implantação de uma mesa de negociação para viabilizar o pagamento do reajuste. “Diante das circunstâncias encontradas durante o processo de negociação, os policiais federais conseguiram uma vitória importante”, diz Wink.

Para ele, a vitória dos policiais já serve de referência para outras categorias. “Os funcionários do Banco Central, em greve há quase um mês, pediram na mesa de negociação para terem o mesmo tratamento dispensado aos policiais federais”, diz.

O presidente do Sindicato dos Policiais Federais, em Pernambuco, Marcelo Pires Teixeira, ressalta que a aprovação do acordo reflete a maturidade do movimento. “Não podíamos entrar numa greve sem volta, por isso os policiais aprovaram o acordo que se não é o ideal é o possível”. Marcelo desataca também que os policiais agora devem se debruçar sobre a elaboração da Lei orgânica. “Apesar de acreditar que não haverá acordo, acho que as entidades devem sentar à mesa para discutir a Lei Orgânica”, diz.

O acordo firmado entre policiais e governo prevê a edição de uma Medida Provisória garantindo o pagamento do reajuste.

Date Created
01/06/2007

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.